

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 1.670, DE 2011

(Apenso: Projeto de Lei nº 2.765, de 2015)

Altera a Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, para considerar suprida a exigência de que os Municípios notifiquem em até 2 (dois) dias úteis o recebimento de recursos caso disponibilizem essa informação na internet.

Autor: Senado Federal

Relator: Deputado EFRAIM FILHO

I – RELATÓRIO

Cuida-se de projeto de lei aprovado pela Câmara Alta e submetido à revisão por esta Casa Legislativa, no bojo do qual se pretende alterar lei ordinária em que se impõe ao Prefeito, na liberação de recursos federais a Municípios, a obrigação de informar o respectivo Poder Legislativo. De acordo com a proposição, sintetizada em um único artigo, considera-se o encargo cumprido caso o Município disponibilize a referida informação na rede mundial de computadores.

Tramita em apenso proposição igualmente encaminhada à apreciação da Câmara dos Deputados pelo Senado Federal, em que se instituem diversos procedimentos a serem cumpridos por entes federados quando da liberação de recursos oriundos da União em seu benefício. Preveem-se o depósito e a movimentação desses recursos em instituições financeiras oficiais, meios de pagamento tidos como autorizados, assim como se imputam obrigações aos bancos por onde transitarem os recursos e se determina a publicação das operações realizadas em portal eletrônico.

Encerrado o prazo regimental, não foram oferecidas emendas à proposição em análise.

II – VOTO DO RELATOR

Há um nítido contraste entre os projetos alcançados pelo presente parecer. Enquanto o texto principal pretende simplificar procedimentos, o apenso impõe novas obrigações aos entes federados por ocasião da transferência de recursos.

Entende-se que já vigoram na legislação brasileira normas suficientemente aptas a garantir o controle externo e o controle social das contas públicas. Nesse último aspecto, encontra-se a lei de acesso à informação (Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011), aprovada depois que se protocolou a proposição principal, que resolve com maior eficácia as preocupações inseridas no projeto apenso.

Assim, na medida em que simplifica o cumprimento de determinação legal endereçada a Municípios, ao invés de torná-la desnecessariamente mais densa, vota-se pela aprovação integral do Projeto de Lei nº 1.670, de 2011, e pela rejeição do projeto que tramita em apenso.

Sala da Comissão, em de de 2016.

Deputado EFRAIM FILHO
Relator